

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA

ACTA Nº 10

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas vinte uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Apreciação e votação do Orçamento e PPI para o ano de 2020. Mapa de Pessoal para 2020.

Ponto dois - Apreciação do Regulamento de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia para 2020.

Ponto três - Pedido de autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais, nos termos do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos).

Ponto quatro - Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia e informação financeira referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019.

A Assembleia iniciou-se com o período “antes da Ordem do dia”, tendo a Presidente da Assembleia informado e esclarecido que a Assembleia tinha sido marcada para dia 28 de dezembro de 2019, mas por indisponibilidade do deputado Jorge Marques do MPM e por solicitação do mesmo, a mesma fosse agendada para outro dia, e por acordo de todos foi marcada para dia 26 de dezembro de 2019 e pelo facto do edital não ter sido colocado atempadamente, todos nós temos de aceitar as possíveis críticas da população de não terem conhecimento da mesma a tempo e horas.

A presidente leu a correspondência recebida, um postal de boas festas da Junta de Freguesia da Marinha Grande.

A Presidente colocou acta da Assembleia anterior à votação, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção da deputada da Ana Paula do MPM por ausência.

A Presidente, ainda antes da Ordem do dia, deu a palavra ao deputado Jorge Marques, para agradecer à Presidente e a todos o bom senso de alterar a data da Assembleia.

A Presidente, ainda antes da Ordem do dia, deu a palavra ao deputado Ilídio Carlos, para questionar o Presidente da Junta sobre a situação dos maus cheiros na rua do Carvalho que foi abordado na última Assembleia, se já têm algo mais a esclarecer, tendo o Presidente da Junta Informado que numa reunião da Junta com o vereador Carlos Caetano, o mesmo informou que a rua em questão vai ter saneamento através de um poço e ser bombeado para a rua 1º de Janeiro.

De imediato se entrou no período “Ordem do Dia”, com a apreciação e votação dos seguintes pontos da ordem de trabalhos desta Assembleia:

Ponto um - Apreciação e votação do Orçamento e PPI para o ano de 2020. Mapa de Pessoal para 2020.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta Freguesia, que sua vez passou a palavra ao Tesoureiro Diogo Cardeira que fez o resumo dos investimentos para 2020, nomeadamente a compra da carrinha de 9 lugares, arranjos do largo da capela, arranjo parque das merendas, pintura dos muros do cemitério, e a rua figueira de gomes até á rua 25 de Abril

O deputado Jorge Marques tomou da palavra, para questionar sobre o mapa do pessoal, como é que está a situação do Pessoal, pois supostamente não deveria vir igual ao ano anterior e sobre o orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, é que já vamos no 2º ano e esperava um orçamento com mais robustez de encontro às necessidades, saúde zero, cultura, apoio aos jovens e aos mais idosos. Era altura de apresentar um orçamento que não fosse igual ao do ano anterior e não colocar verbas para executar obras, como por exemplo a rua soldado Adriano Maria Alexandre que já anda nos orçamentos à vários anos e nunca foi realizada a obra, do orçamento do ano anterior foram realizados três por cento, mais a compra do Dumper, pois a compra do referido bem não vai valorizar a população da Moita, o que ele gostava de ver era um orçamento mais desenvolvido e não replicado o do ano anterior.

A Presidente deu a palavra ao Diogo Carneira para responder ao deputado Jorge Marques, que esclareceu que em relação ao mapa de pessoal, também já tinham exigido uma resposta à Câmara Municipal, mas ao que parece nem eles próprios sabem resolver o assunto. No seguimento o Diogo Carneira esclareceu que na elaboração do orçamento o executivo da junta, endereçou convite a todas as outras força políticas com assento na Assembleia para darem o seu contributo ao mesmo, mas que o MPM não compareceu para dar o seu contributo, o deputado Jorge Marques pediu para intervir o disse que o MPM recebeu o convite quando o orçamento já deveria estar pronto e que não é a forma de trabalhar do MPM e disse ainda em relação ao mapa de Pessoal que não aceita a resposta da Câmara, pois devia de haver uma explicação técnica.

A Presidente da Mesa, depois de ouvir os deputados, colocou a mesma à votação, a qual foi aprovada por maioria com três votos contra do MPM. Os deputados do MPM apresentaram declaração de voto, transcrita no final da ata.

Ponto dois - Apreciação do Regulamento de Taxas e Licenças da Junta de Freguesia para 2020.

A Presidente deu a palavra ao tesoureiro Diogo Carneira, que por sua vez tomou da palavra para informar que as taxas não foram alteradas nos preços, conforme se pode verificar nos documentos distribuídos, é só para dar conhecimento a quem não conhece o regulamento

O deputado Jorge Marques chamou à atenção aos valores que estão no site, pois alguns, poucos, não estão de acordo com o regulamento, deverão de ser atualizados. O tesoureiro respondeu que vão verificar esta situação e alterar.

Ponto três - Pedido de autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais, nos termos do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos).

A Presidente deu a palavra ao deputado Jorge Marques, que questionou sobre os orçamentos para os seguros subscritos pela Junta de Freguesia, se desta vez tinham sido pedidos mais do que um, ao qual foi respondido pelo tesoureiro que não, mas que na próxima Assembleia vai trazer novas propostas.

De seguida a Presidente colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ponto quatro - Apreciação da Atividade da Junta de Freguesia e informação financeira referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019.

A Presidente deu a palavra ao tesoureiro Diogo Carneira, que a passou a transmitir o que ficou acordado na reunião com a Câmara Municipal para o ano 2020 para a Freguesia da Moita, a travessa padre Franklim, rua do Carvalho e travessa das Baixas, tudo numa empreitada, sendo que se a rua do Carvalho tenha algum constrangimento por execução, as outras duas ruas serão feitas só numa empreitada. A rua Soldado Adriano Maria Alexandre foi falada que por não ser possível por agora o seu alargamento, a mesma vai levar um tapete e alcatroar como

está. A Câmara Municipal vai disponibilizar dois abrigos para a Tumb. A calçada dos passeios também ficou prometido a realização das mesmas assim que o tempo melhor em 11 (onze) ruas, nomeadamente na rua do Lavadouro, do Olheirão, da Seixeira, dos Loureiros, do Rio Velho, do Fetal, do Oliveiras, do Campo, 1º de Dezembro, da Quem gosta e Caminho velho. E por último informou que a rua do Rio Velho e a Rua da Machina vão ser alcatroadas, e por sugestão das outras forças políticas dar uma manutenção à rua primeiro de Dezembro e rua da Charnequinha.

E para terminar o tesoureiro informou que está em curso a aquisição por parte da Câmara Municipal da casa dos herdeiros de Henrique Gaspar, para futuramente fazer algo que venha a ser aprovado em Assembleia Geral. Em relação aos outros terrenos do largo da capela, foi abandonada a ideia da compra pelo Executivo da Câmara, pelo motivo de não os conseguir comprar.

O deputado Jorge Marques questionou sobre o saneamento ao longo da estrada nacional 242, ao que o Diogo Cardeira respondeu que não há previsão para o mesmo, e aproveitou para informar que o PDM da Moita está pronto em junho de 2020.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai pela Presidente e Secretários ser assinada.

TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MOITA

DECLARAÇÃO DE VOTO- Moita 26 de dezembro 2019

ASSUNTO: Orçamento, PPI e Mapa Pessoal para 2020

O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos são dois importantes documentos para quem sabe ou quer gerir uma autarquia ou qualquer outra instituição com eficiência. Mas para alguns, é apenas papel que se tem que preencher... e por isso só se lembram dele no final de cada ano.

Como se costuma dizer "*o papel aguenta tudo*".

Colocam-se lá agora as obras previstas, porque até se conseguiu em 2018 o reforço das verbas transferidas da Câmara para a Junta de Freguesia, (pois até então nem isso), mas depois passam 10/11 meses e não se lembram durante o ano de analisar e agir atempadamente para o executarem. Até novembro deste ano executou-se apenas 45,8% do orçamento de 2019, onde a maior parte é despesas com pessoal, sendo as despesas de capital de apenas 3%.

Colocar os valores nas rubricas do orçamento para um determinado ano e não as realizarem como aprovado pela assembleia não é um mero ato administrativo. É uma responsabilidade de as executarem pelo atual executivo da Junta.

Veja-se o exemplo do orçamento votado para 2019. Que obras foram feitas?... Nenhuma!!!... Porquê? Não houve tempo? A Câmara deu-lhes "*a volta*" mas também não fez...isto só acontece por incompetência de quem lidera. Tem que se ser exigente.

Encontram uma dificuldade e logo arranjam uma desculpa para não fazer, abafando a incapacidade de gestão autárquica. Olhem o estado miserável da Rua Soldado Adriano Maria Alexandre. Há anos que a verba chegou a estar no orçamento da Junta e da Câmara e até hoje nem um pingão de alcatrão levou. Não é aceitável brincar-se com os votos de orçamentos. Haja responsabilidade.

Há uma verdadeira falta de democracia e respeito por quem governa esta autarquia perante os elementos da assembleia e da população afetada. Não podemos andar ao sabor do vento e atrás das arcaicas formas de governação da Câmara pois já as conhecemos há muitos anos.

E não venham dizer que a culpa é da oposição porque todos os orçamentos foram aprovados. Chega de desculpas, executem o que se aprovou e não faltem ao respeito de quem confiou o voto ao executivo para executar. Não andem sempre a mudar de ideias... executem-nas.

Este executivo "aplaude de pé" o atual executivo da Câmara na assembleia municipal e nas reuniões com o PS e depois não há responsáveis pela não execução. A população moitense não está a ser defendida porque não exigimos e quem está na assembleia municipal não tem a coragem de reivindicar com razão.

Este orçamento para 2020 é mais do mesmo. Porque votar favoravelmente se não executaram as prioridades do anterior? Passam as verbas de anos para anos, vão mudando as rubricas e não aparece nada feito.

Onde estão as verbas para apoiar os jovens e idosos que tanto se falava? Não há uma visão para a nova escola? Não vimos no orçamento. Onde estão as verbas para desenvolver ações na área da saúde e cultura? Não temos ambição? A população não merece? Não há criatividade para desenvolver a terra? Temos um site da Junta e o Facebook que está parado no tempo. Não se aposta na comunicação e informação? Só se oferece dinheiro às instituições (ainda sem critérios) para se dizer que apoia? Não sabemos fazer mais?

Temos que ter ambição para o desenvolvimento da terra. A execução é de quem governa e não basta lembrarem-se dos restantes elementos da assembleia só no final do ano para aprovar o orçamento. Passaram 11 meses em que demonstraram que não foram capazes de executar o orçamento de 2019. Podem-no fazer agora em 2020.

Por isso este orçamento (2020) não nos merece a aprovação porque já deveria de demonstrar uma maior ambição para a terra e população moitense e é apenas uma mera cópia do passado, que este atual executivo já demonstrou e provou que não foi capaz de o executar em 2019.

Moita, 26 de dezembro de 2019

Os deputados MPM

Jorge Marques

Henrique Alexandre

Ana Paula Santos

Moita, 26 de dezembro de 2019

A Presidente da Assembleia

Cláudia Sacramento

O 1º Secretário

Felipe José da Silva Almeida

O 2º Secretário

Filipa Andreia